

Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ANOTADO

REGIME JURÍDICO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

2015 • 2ª Edição

Apelles J. B. Conceição

Atualização nº 1

**ESTATUTO DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

Anotado

Atualização nº 1

AUTOR

Apelles J. B. Conceição

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás n.ºs 76, 78, 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

ISBN ORIGINAL

978-972-40-6013-2

Outubro, 2015

PÁGINA INTERNET DO LIVRO

http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=14711

ATUALIZAÇÃO Nº 1

- Pág. 19 – À lista das Normas Fundamentais acrescentar o DL 120/2015, de 30 de Junho – princípios orientadores da cooperação Estado/IPSS;
- Pág. 22 – Na anotação ao art. 61º da CRP substituir “L 51/96, 7 SET” por “L 119/2015, 31 AGO”;
- Pág. 46 – Na anotação ao art. 4º da L 30/2013 (última linha) substituir “arts. 22º e 23º do DL 94-B/98” por “arts. 58º a 62º da L 147/2015, 9 SET”;
- Pág. 51 – À lista dos diplomas alteradores do DL 119/83 acrescentar a L 76/2015, 28 JUL;
- Pág. 60 – A alínea b) nº 1 do art. 2º tem nova redacção da L 76/2015, 28 JUL;
- Pág. 66 – Nas anotações aos arts. 4º-A e 4º-B substituir o DN 75/92 pela Port 196-A/2015, de 1 de Julho;
- Pág. 79 – Na anotação 3 do art. 14º-A acrescentar o Desp. 4440/2015 (DR. 2ª, de 2 de Maio) – Delegação de competências do Ministro no ISS, IP;
- Pág. 85 – Na anotação ao art. 21º-B substituir o art. 44º do CPA antigo pelo correspondente art. 69º do novo CPA;
- Pág. 94 – Na anotação ao art. 32º substituir o DN 75/92 pela Port 196-A/2015, de 1 de Julho;
- Pág. 114 – Os nºs 2, 3, 5 e 6 do art. 60º têm nova redacção da L 76/2015, de 28 de Julho;
- Pág. 129 – Na anotação 3 ao art. 89º substituir “Norma XXII do DN 75/92” pelo “DL 120/2015, de 30 de Junho”;
- Págs. 135 e segs. – Os arts. 166º, 168º, 185º, 186º, 188º, 190º-A e 193º do Código Civil têm nova redacção da L 150/2015, de 10 de Setembro;
- Pág. 154 – À lista dos diplomas alteradores da L 16/2001 acrescentar a L 82-B/2014, 31 Dez. (art. 228º);

Págs. 219 e segs. – A Lei-quadro das Fundações tem nova versão da L 150/2015, 10 SET;

Pág. 247 – O art. 5º do DL 172-A/2014 tem nova redacção da L 76/2015, de 28 de Julho;

Pág. 257 – A seguir ao art. 12º inserir o art. 12º-A, aditado pelo DL 190/2015, 10 SET;

Pág. 265 – O art. 55º tem nova redacção do DL 190/2015, 10 SET;

Pág. 279 – Na anotação ao art. 121º substituir o DL 136/79 pelo DL 190/2015, 10 SET;

Pág. 300 – Na lista dos diplomas das cooperativas suprimir: L 51/96, L 101/97, DLR 24/2006/M e acrescentar: L 119/2015, de 31 de Agosto;

Págs. 300 e segs – Suprimir a L 51/96. O novo Código Cooperativo foi aprovado pela L 119/2015, de 31 de Agosto;

Págs. 330 e segs. – A L 101/97 foi revogada pela L 76/2015, de 29 de Julho;

Pág. 336 – O DLR 24/2006/M foi tacitamente revogado pela L 76/2015, de 29 de Julho;

Pág. 433 – Na lista de diplomas suprimir: DN 75/92 e DN 2/2012 e acrescentar: Port 196-A/2015, de 1 de Julho – Regime dos acordos de cooperação e DN 19/2015 – apoio financeiro às IPSS de âmbito nacional;

Págs. 433 e segs. – Suprimir o DN 75/92. O regime está contido na Port. 196-A/2015, de 1 de Julho;

Págs. 463 e segs. – Suprimir o DN 2/2012 revogado pela Port. 196-A/2015;

Págs. 591 e segs. – Substituir o Anexo com a listagem de diplomas pelo anexo junto a esta actualização.

APÊNDICE

1. INTERVENÇÕES E PARTICIPAÇÕES SOCIAIS ESPECÍFICAS

1) Adopção e Apadrinhamento civil

- Decreto-Lei nº 47 344, de 25 de Novembro de 1966 – CC arts. 1973º a 2002º-D – Regime
- Lei nº 103/2009, de 11 de Setembro – Apadrinhamento civil
- Decreto-Lei nº 121/2010, de 27 de Outubro – Regulamenta a L 103/2009
- Portaria nº 375/2012, de 19 de Novembro – Autorização à Associação Bem-me-queres
- Portaria nº 287/2013, de 19 de Outubro – Adopção internacional
- Lei nº 141/2015, de 8 de Setembro – Altera a L 103/2009
- Lei nº 143/2015, de 8 de Setembro – Processo de adopção e altera o CC

2) Crianças e jovens em risco – Comissões de protecção e Núcleos de apoio a crianças e jovens em risco

- Lei nº 147/99, de 1 de Setembro (arts. 12º a 33º) (versão da L 142/2015, 08/09) – Comissões de protecção de crianças e jovens
- Decreto-Lei nº 332-B/2000, de 30 de Dezembro – Regulamento das comissões de protecção de crianças e jovens
- Decreto-Lei nº 12/2008, de 17 de Janeiro – Crianças e jovens em perigo em meio natural de vida
- Portaria nº 965/2009, de 25 de Agosto – Núcleos de apoio a crianças e jovens em risco
- Lei nº 108/2009, de 14 de Setembro – Altera o art. 13º do DL 12/2008
- Decreto-Lei nº 159/2015, de 10 de Agosto – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens
- Lei nº 142/2015, de 8 de Setembro – Altera e republica a L 147/99

3) Cuidados Continuados Integrados – Rede Nacional de – (RNCCI)

- Decreto-Lei nº 101/2006, de 6 de Junho (versão do DL 136/2015, 28/07) – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (ex-Rede Mais) (RNCCI)
- Portaria nº 1087-A/2007, de 5 de Setembro – Condições de instalação
- Despacho Normativo nº 34/2007, de 7 de Setembro (DR, 2ª, 19/09) – Comparticipação da segurança social aos utentes da RNCCI
- Portaria nº 189/2008, de 19 de Fevereiro – Altera a Port 1087-A/2007
- Decreto Legislativo Regional nº 16/2008/A, de 12 de Junho – RNCCI (RA Açores)
- Decreto-Lei nº 8/2010, de 28 de Janeiro – Alarga a rede à saúde mental
- Decreto-Lei nº 22/2011, de 10 de Fevereiro – Unidades e equipas – saúde mental
- Portaria nº 149/2011, de 8 de Abril – Unidades e equipas da RNCCI de saúde mental

- Portaria nº 183/2011, 5 de Maio – Preços – saúde mental
- Decreto Legislativo Regional nº 30/2012/M, de 8 de Novembro – RAM
- Portaria nº 174/2014, de 10 de Setembro – Altera a Port 1087-A/2007
- Decreto-Lei nº 136/2015, de 28 de Julho – Altera e republica o DL 101/2006 e 8/2010)
- Despacho Normativo nº 14-A/2015, de 29 de Julho (DR 2ª, nº 146, 29/07) – Participações – saúde mental
- Portaria nº 262/2015, de 28 de Agosto – Preços nas unidades de saúde
- Portaria nº 289-A/2015, de 12 de Setembro – Altera as Port 174/2014 e 1087-A/2007
- Portaria nº 343/2015, de 12 de Outubro – Cuidados continuados pediátricos

4) Educação pré-escolar

- Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei-quadro
- Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de Junho – Regime e financiamento
- Despacho Conjunto nº 413/99, de 16 de Março (DR 2ª, nº 113, 15/05) – Regulamento do Fundo de Compensação Sócio-económica
- Despacho Conjunto nº 300/97, de 7 Agosto (DR II, 9/9/97) – Comparticipação familiar.
- Portaria nº 1267/2001, de 6 de Novembro – Rede nacional
- DLR nº 16/2006/M, de 2 de Maio – Estatuto das creches e dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública regional
- Despacho nº 1025/2014, de 13 de Janeiro (DR, 2ª, 15, 22/01) – Valores

5) Emigrantes (V. Refugiados e Assistência a migrantes por fundos comunitários – MAI)

- Lei nº 109-B/2001, de 27 de Dezembro (art. 28º) – Criação do Fundo de Solidariedade com a Emigração
- Decreto Regulamentar nº 33/2002, de 23 de Abril – Apoio social a emigrantes e idosos carenciados

6) Pais estudantes

- Lei nº 90/2001, de 20 de Agosto – Apoio social a pais estudantes

7) Pessoas com deficiência (Prevenção, Reabilitação e Integração) (Segurança social, saúde, emprego e educação)¹

- Decreto-Lei nº 18/89, de 11 de Janeiro – Apoio ocupacional a deficientes graves
- Decreto-Lei nº 202/96, de 23 de Outubro (Versão do DL 291/2009) – Avaliação de incapacidades

¹ Para educação especial ver subsídio de educação especial.

- Decreto-Lei nº 174/97, de 19 de Julho – Altera o DL 202/96
- Lei nº 38/2004, de 18 de Agosto – Lei de bases da prevenção, habilitação, reabilitação e participação de pessoas com deficiência
- Portaria nº 432/2006, de 3 de Maio – Actividades ocupacionais e actividades socialmente úteis
- Decreto-Lei nº 93/2009, de 16 de Abril – Sistema de atribuição de produtos de apoio (SAPA)
- Decreto-Lei nº 281/2009, de 6 de Outubro – Intervenção precoce infância (SNIPI)
- Decreto-Lei nº 290/2009, de 12 de Outubro (versão do DL 108/2015, 17/06) – Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com deficiência
- Decreto-Lei nº 291/2009, de 12 de Outubro – Altera e republica o DL 202/96
- Decreto-Lei nº 42/2011, de 23 de Março – Altera o DL 93/2009
- Decreto Legislativo Regional nº 14/2012/A, de 29 de Março – Nos Açores
- Portaria nº 293/2013, de 26 de Setembro – Programa de apoio e qualificação do SNIPI
- Portaria nº 192/2014, de 26 de Setembro – Bases de dados de registo do SAPA
- Despacho nº 14 278/2014, 12/11 (DR, 2ª, 229, 26/11) – lista de produtos
- Portaria nº nº 78/2015, de 17 de Março – formulários
- Despacho nº 6478/2015, de 23 de Março (DR 2ª, 112, 11/06) – Financiamento
- Despacho nº 7225/2015, de 17 de Março (DR, 2ª, nº 126, 1 JUL) – Procedimentos
- Despacho nº 8376-B/2015 (DR, 2ª, nº 147, 30/07) – Qualificação de deficientes
- Decreto Regulamentar Regional nº 13/2015/A, de 12 de Agosto – Produtos de apoio – Açores

8) Pobreza

Apoio às pessoas mais carenciadas

- Portaria nº 190-B/2015, de 26 de Junho – Fundo Europeu de Apoio aos carenciados (FEAC)

Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS)

- Portaria nº 179-B/2015, de 17 de Junho – Regulamento do Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) – 3ª geração

Inserção – Núcleos locais de – (NLI)

- Lei nº 13/2003, de 21 de Maio (arts. 32º-A e 33º) – Núcleos locais de inserção
- Portaria nº 257/2012, de 27 de Agosto (arts. 21º a 27º) – Organização

Rede Local de Intervenção Social (RLIS)

- Despacho 12154/2013 (DR, 2ª, nº 184, 24/09) – Instituição
- Despacho 11675/2014 (DR, 2ª, nº 180, 18/09) – Regulamento de organização
- Despacho nº 5149/2015 (DR, 2ª, nº 95, 18/05) – Altera o regulamento

Rede social – Conselhos locais de acção social e comissões sociais de freguesia

- Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho – Rede social

9) Refugiados (V. Assistência a migrantes – gestão de fluxos migratórios por fundos comunitários)

- Decreto-Lei nº 133/97, de 30 de Maio – Apoio social a deslocados
- Lei nº 27/2008, de 30 de Junho – Apoio social a requerentes de asilo e refugiados

10) Vítimas de violência doméstica – Rede Nacional de apoio (casas de abrigo...)

- Lei nº 112/2009, de 16 de Setembro (versão da L 129/2015, 3/09) – Prevenção da violência doméstica e protecção e assistência das suas vítimas
- Portaria nº 220-A/2010, de 16 de Abril – Teleassistência
- Portaria nº 229-A/2010, de 23 de Abril – Modelos de documentos comprovativos da atribuição do estatuto de vítima
- Portaria nº 63/2011, de 3 de Fevereiro – Altera a Port 220-A/2010
- Lei nº 129/2015, de 3 de Setembro – Altera e republica a L 112/2009

2. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO SOCIAL²

- Decreto-Lei nº 2/86, de 2 de Janeiro – Lares para crianças e jovens
- Decreto-Lei nº 141/89, de 28 de Abril – Apoio domiciliário. Ajudantes familiares
- Despacho Normativo nº 96/89, de 21 de Outubro – Centros de actividades de tempos livres
- Decreto-Lei nº 391/91, de 10 de Outubro – Acolhimento familiar. Pessoas idosas e pessoas com deficiência
- Decreto-Lei nº 190/92, de 3 de Setembro (alínea b) do nº 2 e nº 3 e 4 do art. 4º) – Acolhimento familiar. Crianças e jovens
- Decreto Legislativo Regional nº 25/94/M, de 19 de Setembro (arts. 21º a 33º) – Creches e estabelecimentos de educação pré-escolar
- Decreto Legislativo Regional nº 18/2001/A, de 9 de Novembro – Amas. Creches familiares
- Decreto Regulamentar Regional nº 4/2002/A, de 21 de Janeiro – Actividades de tempos livres
- Portaria nº 446/2004, de 30 de Abril – Centros de apoio à vida (CAV)
- Decreto Legislativo Regional nº 14/2006/M, de 24 de Abril – Núcleo infantil (RAM)
- Decreto Legislativo Regional nº 16/2006/M, de 2 de Maio – Creches e estabelecimentos de educação pré-escolar

² Com ou sem fins lucrativos, sujeitos a licenciamento.

- Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro (art. 4º-A) – Instituições de educação especial
- Decreto-Lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro – Acolhimento familiar. Crianças e jovens
- Lei nº 112/2009, de 16 de Setembro (arts. 53º a 76º) (versão da L 129/2015, 3/09) – Casas de abrigo
- DL 290/2009, de 12 de Outubro (arts. 84º a 89º) (versão do DL 108/2015, 17/06) – Centros de recursos (reabilitação profissional)
- Portaria nº 262/2011, de 31 de Agosto – Creches
- Portaria nº 67/2012, de 21 de Março – Estruturas residenciais para idosos
- Portaria nº 411/2012, de 14 de Dezembro – Altera a Port. 262/2011
- Portaria nº 38/2013, de 30 de Janeiro – Serviços de apoio domiciliário
- Portaria nº 96/2013, de 4 de Março – Centros de noite
- Portaria nº 139/2013, de 2 de Abril – Centros de apoio familiar
- Portaria nº 188/2014, de 18 de Setembro – Serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS)
- Portaria nº 59/2015, de 2 de Março – Lar residencial e residências autónomas (deficientes)
- Portaria nº 60/2015, de 2 de Março – Centro de atendimento, acompanhamento e reabilitação social para pessoas com deficiência e incapacidades
- Portaria nº 137/2015, de 19 de Maio – Altera e republica a Port 188/2014 (SAAS)
- Despacho nº 5743/2015 (DR, 2ª nº 104, 29/05) – Regulamenta o SAAS
- Decreto-Lei nº 115/2015, de 22 de Junho – Amas
- Portaria nº 213/2015, de 17 de Julho – Amas – modelos e taxas
- Despacho nº 8243/2015 (DR, 2ª, nº 145, 28/07) – Amas – equipamentos e material
- Portaria nº 226/2015, de 31 de Julho – Amas – seguro obrigatório
- Portaria nº 232/2015, de 6 de Agosto – Creches familiares (amas enquadradas)

3. REGIME DO VOLUNTARIADO

- Lei nº 71/98, de 3 de Novembro – Enquadramento jurídico do voluntariado
- Decreto-Lei nº 389/99, de 30 de Setembro – Regulamenta a L 71/98
- Lei nº 20/2004, de 5 de Junho – Dirigentes associativos voluntários
- Decreto-Lei nº 176/2005, de 25 de Outubro – Altera o art. 4º do DL 389/99

4. SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA DAS ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO (SNC – ESNL)

- Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março – Regime das entidades do sector não lucrativo (ESNL)
- Portaria nº 105/2011, de 14 de Março – Demonstrações financeiras
- Aviso nº 6726-B/2011 (DR, 2ª, nº 51, 14/03/2011) – Norma contabilística e de relato financeiro

- Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (art. 256º) – Altera o nº 3 do art. 5º do DL 36-A/2011
- Decreto-Lei nº 64/2013, de 13 de Maio – Altera o art. 12º do DL 36-A/2011
- Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho – Código de contas
- Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho – Modelos